

Lista nominal dos subscriptores de acções da Companhia de Conservas Rio Grandense (successora de Fabrica Tullio)

Ns.	Nomes dos accionistas	Acções	Capital
1	Banco da Provincia do Rio Grande do Sul	469	93:800\$000
2	Banco do Commercio de Porto Alegre....	469	93:800\$000
3	Visconde de Pinto da Rocha.....	25	5:000\$000
4	Tullio Martins de Freitas.....	972	194:400\$000
5	Commendador A. J. Silva Guimarães....	25	5:000\$000
6	Major José O'Donnell.....	25	5:000\$000
7	Coronel Virgilino da Porciuncula Junior	25	5:000\$000
8	Commendador Joaquim Martins Garcia..	25	5:000\$000
9	Affonso Henrique Faveret.....	100	20:000\$000
10	Alfredo Moutinho.....	50	10:000\$000
11	Estevão Salaverrya.....	5	1:000\$000
12	José Francisco da Silveira Filho.....	3	600\$000
13	Pedro de Carvalho Guimarães.....	2	400\$000
14	Ricardo Strauch.....	15	3:000\$000
15	Dr. Pedro de Mello Carvalho.....	2	400\$000
16	Vicente Pinto.....	5	1:000\$000
17	Coronel Antonio Chaves Campello.....	5	1:000\$000
18	Manoel Pereira de Almeida.....	5	1:000\$000
19	Romeu Andreassi.....	35	7:000\$000
20	R. Andreassi & Comp.....	15	3:000\$000
21	Adolpho Leriche.....	2	400\$000
22	Alcides Martins de Freitas.....	2	400\$000
23	Joaquim A. de Oliveira.....	1	200\$000
24	Antonio Abreu Santos.....	26	5:200\$000
25	Armenio Souza.....	27	5:400\$000
26	Eduardo Alt.....	1	200\$000
27	Mario Rosa.....	16	3:200\$000
28	Clito Martins de Freitas.....	6	1:200\$000
29	José de Castro.....	16	3:200\$000
30	Manoel Saraiva da Costa.....	1	200\$000
31	Arlindo dos Santos Saraiva.....	1	200\$000
32	Manoel de Freitas Guimarães.....	2	400\$000
33	Daniel Ferreira Leal.....	2	400\$000
34	Major Rodrigo F. de Souza.....	1	200\$000
35	Joaquim de Oliveira Sá.....	1	200\$000
36	José Pereira Duarte.....	2	400\$000
37	J. F. Meirelles Leite.....	1	200\$000
38	Octacilio Luiz dos Santos.....	1	200\$000
39	José Ignacio de Freitas Sayão.....	1	200\$000
40	Eduard E. Lawson.....	5	1:000\$000
41	João Pinheiro da Cunha.....	10	2:000\$000
42	Raymundo P. Magalhães Coelho.....	5	1:000\$000
43	Leopoldina Magano Martins.....	12	2:400\$000

Ns.	Nomes dos accionistas	Ações	Capital
41	Derminda Martins de Freitas.....	6	800\$000
42	Francelina Martins de Freitas.....	4	1:200\$000
43	Izaura Martins de Freitas.....	5	1:000\$000
44	Veronica Vieira.....	6	1:200\$000
45	Alda Martins de Freitas.....	4	800\$000
46	Jurema da Rocha Santos.....	1	200\$000
47	Elza da Rocha Santos.....	1	200\$000
48	Clara Magalhães Alt.....	1	200\$000
49	Nieves Ferrero Torres.....	1	200\$000
50	Daiva Ferrero Torres.....	1	200\$000
51	Clara Ferrero Torres.....	1	200\$000
52	Leontina Farjat.....	1	200\$000
53	Emilio Paoster.....	1	200\$000
54	João Baptista Martins de Freitas.....	1	200\$000
55	M. J. Martins Costa.....	1	200\$000
56	Antonio Joaquim da Rosa Junior.....	1	200\$000
57	Cheden Jeber.....	5	1:700\$000
58	Mario Wis.....	1	200\$000
59	Coronel Rosalvo Azevedo.....	1	200\$000
60	Manoel Amado.....	1	200\$000
61	Aurelio Xavier da Costa.....	1	200\$000
62	Homuado Bezerra.....	10	2:700\$000
63	Leonel Martins de Freitas.....	1	200\$000
64	Francisco Carari.....	1	200\$000
65	José Pedro Virissimo.....	1	200\$000
66	Jacinto Martins da Silva.....	2	400\$000
67	Porfirio Ramos Trindade.....	1	200\$000
68	João R. Teixeira.....	1	200\$000
69	Francisco Alves do Castro.....	6	1:200\$000
70	Raphael Anselmi.....	2	400\$000
71	Antonio Graça.....	1	200\$000
72	L. Lahogue.....	1	200\$000
73	Joaquim Carlos de Almeida.....	1	200\$000
74	João Marinho Carneiro.....	2	400\$000
75	Antonio Carlos Lopes.....	1	200\$000
76	Porfirio Souza Gomes.....	1	200\$000
77	Augusto Simões Pereira.....	2	400\$000
78	Antonio Correa de Oliveira.....	2	400\$000
79	Antonio Campes Assunção.....	3	600\$000
80	Pedro Perez & Comp.....	12	2:400\$000
81	João Manoel Pacheco Brachado.....	5	1:000\$000
82	Abilio d'Avila Pereira.....	5	1:000\$000
83	Coronel Augusto Alvaro de Carvalho.....	5	1:000\$000
84	João Antonio Medina.....	25	5:000\$000
85	Dr. Alilio Soares de Lima.....	1	200\$000
86	Francisco Alberto Rheingantz.....	25	5:000\$000
87	Coronel Antero da Cunha.....	10	2:000\$000
88	Brutus & Irmão.....	5	1:000\$000
89	Manoel Simões Lopes.....	4	800\$000
90	Dr. Anthero V. Leivas.....	5	1:000\$000
91	Cel. Justiniano Simões Lopes.....	4	800\$000
92	Carlos Benow.....	2	400\$000
93	Dr. Vicente Francisco Paula Pereira.....	25	5:000\$000
94	José Eugênio Rache.....	1	200\$000
95	Francisco Ramos & Comp.....	5	1:000\$000
96	Cel. Luiz da Rocha Farias.....	5	1:000\$000
97	Hometerio Mostardeiro.....	5	1:000\$000
98	Edmundo Zienberg.....	5	1:000\$000
99	Comendador Antonio Francisco de Castro.....	10	2:000\$000
100	G. Torres & Comp.....	10	2:000\$000
101	Arthur Pinto Ribeiro.....	10	2:000\$000
102	Eduardo Gomes Ribeiro.....	10	2:000\$000
103	Azevedo, Herminio & Comp.....	10	2:000\$000
104	João Granica.....	15	3:000\$000
105	Ritter, Mendiguy & Comp.....	5	1:000\$000
106	Rosa Neves & Comp.....	2	400\$000
107	Gabriel da Silva Santos.....	5	1:000\$000
108	Abel Asti.....	3	600\$000
109	Mathias S. de Oliveira.....	2	400\$000
110	Costa Maia.....	2	400\$000
111	C. Engelhardt.....	10	2:000\$000
112	Rodolpho Funcke.....	5	1:000\$000
113	José da Silva Freiteiro.....	2	400\$000
114	Banco da Provincia (Porto Alegre).....	100	20:000\$000
115	Banco do Commercio (idem).....	100	20:000\$000
116	Maria Azevedo Trindade.....	1	200\$000
117	Fernando Bromberg.....	25	5:000\$000
118	Augusto Faveret.....	1	200\$000
119	Carlos Mario Campello Faveret.....	1	200\$000
120	Nestor Gotta de Mello.....	14	2:800\$000
		3.000	600:000\$000

DA COMPANHIA, SUA SÉDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1.º Fica fundada nesta cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, onde terá sua séde e fóro juridico a sociedade anonyma denominada Companhia de Conservas Rio-Grandense, que será regida pelos presentes estatutos e pelas disposições da legislação em vigor nos casos nelles não previstos.

Art. 2.º São fins da companhia a fabricação e venda de conservas de qualquer especie, podendo ser as vendas feitas directamente ou por intermedio de agentes.

Art. 3.º A companhia terá a duração de trinta annos, contados da data do archivamento legal dos documentos da sua fundação, podendo esse prazo ser prorogado a juizo da assembléa geral dos accionistas.

Art. 4.º O anno financeiro da companhia será contado de 1 de agosto a 31 de julho, em cuja data se fechará o balanço de seu activo e passivo.

DO CAPITAL, DIVIDENDO E FUNDO DE RESERVA

Art. 5.º O capital da companhia será de seiscentos contos de réis (600:000\$) divididos em tres mil acções do valor de duzentos mil réis (200\$), realizado em cinco chamadas feitas pela directoria, com prazo nunca inferior de 30 dias entre cada uma. O capital poderá ser augmentado por proposta da directoria approvada pelo conselho fiscal e autorizado o augmento pela assembléa geral.

Art. 6.º Os lucros liquidos que annualmente se apurarem por balanço, serão distribuidos da seguinte fórma: 10 a 20 % da sua totalidade a credito de fundo de reserva, igual porcentagem, isto é, outros de 10 a 20 % a credito de depreciação de machinas, sendo esta segunda retirada sobre o valor da respectiva conta de machinismos. Do excedente far-se-ha um dividendo aos accionistas até 12 % sobre o capital da companhia, e, ainda do restante, quando o houver, far-se-ha mais esta divisão: um terço para o fundo de reserva, outro terço para bonus aos accionistas e o final terço para os incorporadores, ou quem legalmente os representar quando se dê tal divisão. Sendo esta distribuição aos incorporadores baseada na letra do § 3.º do art. 3.º da lei n. 3.150, de 4 de novembro de 1882 e ficando estimados os serviços dos mesmos em 5 % sobre o capital actual da companhia, só até á concurrencia dessa porcentagem esses incorporadores terão direito a reccel-a. Uma vez, porém, preenchida essa remuneração reverta o terço que a proporcione, então sem applicação aqui determinada, á conta de fundo de reserva.

§ 1.º As importancias creditadas ao fundo de reserva servirão para fazer face a:

a) despesas que se tornem necessarias para fazer face ao desenvolvimento que se venha a operar na producção da fabrica;

b) augmento do edificio da fabrica e seus annexos;

c) aquisição de novos machinismos.

§ 2.º Para as despesas a fazer-se até a importancia de vinte contos de réis annualmente nos casos previstos das letras a, b e c do § 1.º deste artigo resolverá a directoria ao seu arbitrio; para os gastos superiores a vinte contos de réis e inferiores a cincoenta contos, resolverá ella por maioria absoluta de votos em sessão conjuncta com o conselho fiscal, sessão que só se poderá realizar com a presença de todos os membros destes dous ramos da administração da companhia; para augmento e melhoramentos de custo superior a cincoenta contos de réis será indispensavel expressa autorização da assembléa geral.

DOS ACCIONISTAS

Art. 7.º Aos accionistas caberá em assembléa geral um voto por cada cinco acções, ou fracção deste numero que possuirem.

Paragrapho unico. Se for accionista uma firma commercial, só um dos socios della poderá exercer o direito de voto e só um delles tambem poderá ser votado para qualquer cargo. Se o cargo for de director da companhia não o poderá elle assumir sem caucionar as acções necessarias para garantia de sua gestão; não sendo esta providencia por elle tomada dentro dos tres dias immediatos á eleição, será elle considerado de facto exonerado e convocada pela directoria uma reunião de assembléa geral para eleição de um outro director não podendo nella ser votado o nome do exonerado.

Art. 8.º Se mais de uma pessoa possuir em propriedade conjuncta uma ou mais acções, só uma dellas, representando-as, mediante declaração por escripto de todas, poderá votar e ser votada. Será considerada nulla a declaração que não contiver as assignaturas dos co-proprietarios na sua totalidade.

Art. 9.º Antes da integralização do capital social, fallecendo um accionista, não poderão suas acções ser transferidas a

propriedade dos herdeiros sem que estes declarem, por si ou por seus representantes legalmente constituídos, que acceitam a transferência da propriedade sujeitando-se a todas as condições destes estatutos e às estabelecidas pela legislação em vigor.

Paragrapho unico. A falta desta declaração dentro de sessenta dias após o fallecimento do accionista, dá á companhia o direito de vender as acções subscriptas na forma prevista na lei para o caso de falta de entradas das prestações reclamadas.

Art. 10. O accionista como procurador de outro, não poderá com as acções do seu constituinte votar no seu proprio nome para qualquer cargo da administração da companhia.

DAS ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 11. A companhia será administrada por uma directoria composta de dous membros agindo cumulativa e acordermente, não obstante caber em distincção: a um o encargo tecnico e a outro o encargo commercial. Quando esses directores tomarem posse da administração da companhia, reunirão o conselho fiscal, e, entre os dous corpos administrativos se acordará na distribuição, quanto possível, das attribuições competentes a cada director. Das resoluções tomadas a tal proposito lavrar-se-ha minuciosa acta, que será assignada por todos, depois do que obrigará a directoria como letra dos estatutos.

Art. 12. O mandato da directoria durará da posse do cargo até a posse dos novamente eleitos, salvo caso de renuncia ou de revogação do mandato pela assembleia geral.

Paragrapho unico. No caso de renuncia no ultimo anno do periodo administrativo será o renunciante substituido até a terminação do mandato pelo respectivo supplente chamado pelo director em exercicio dentro das 48 horas após a apresentação da renuncia; occorrendo a renuncia nos dous primeiros annos do periodo administrativo, convocará o director em exercicio, dentro do mesmo prazo de 48 horas, uma sessão de assembleia geral extraordinaria para nella ser eleito o substituto para preencher o tempo de administração do resignatario. A assembleia geral que revogar o mandato a um director, elegerá na mesma occasião, o seu substituto para terminação do periodo administrativo, qualquer que seja este periodo.

Art. 13. Não poderão servir conjuntamente o cargo de director, os membros do conselho fiscal, os ascendentes e descendentes, irmãos, genros e cunhados durante o cunhadio.

Paragrapho unico. No caso de eleição de incompativeis, ficará com o cargo o que tiver maior numero de votos, procedendo a assembleia geral a nova eleição para substituição do incompatibilizado. Havendo empate na eleição de incompativeis será empossado do cargo o que possuir o maior numero de acções desta companhia e, no caso de igualdade, o que for mais velho.

Art. 14. O director que ficar impedido ou tenha de ausentar-se por mais de 15 dias comunicará por escripto á directoria o impedimento ou ausencia; e a sua substituição temporaria será feita pelo respectivo supplente.

Paragrapho unico. No impedimento ou ausencia que exceder de seis mezes, não sendo a serviço da companhia, será considerado vago o lugar, procedendo-se então de accordo com o paragrapho unico, do art. 12, destes estatutos.

Art. 15. Não poderão ser directores: os directores, gerentes, administradores e membros do conselho fiscal de companhia, e fabricas congêneres e os prohibidos da commerciar.

Art. 16. Cada director vencerá mensalmente o ordenado oitocentos mil réis.

Art. 17. Nenhum director poderá assumir o exercicio do cargo sem garantir a sua gestão com a caução de cincoenta acções desta companhia.

Art. 18. As resoluções da directoria serão tomadas em sessões ordinarias que effectuará, semanalmente, em dias por elle previamente designados e em sessões extraordinarias nos casos de maior urgencia. As actas dessas reuniões serão lavradas em livro especial, numerado, aberto rubricado e encerrado por todos os directores da companhia.

Art. 19. Compete á directoria:

1.º Fazer a chamada do capital conforme e indicado no art. 5.º.

2.º Administrar todos os negocios da companhia e effectuar operações de credito até o valor de vinte contos de réis; as que forem superiores a esse limite serão, até cincoenta contos, submettidas á apreciação do conselho fiscal, devendo ser convocada a assembleia geral toda a vez que as necessidades sejam superiores a esta ultima somma.

3.º Representar a companhia em juizo ou fóra delle, activa ou passivamente, com o direito de constituir procuradores e advogados.

4.º Tratar com os poderes publicos.

5.º Apresentar á assembleia geral, annualmente, o relatório circunstanciado das operações da companhia, acompanhada

do do balanço da demonstração da conta de lucros e perdas e do parecer do conselho fiscal relativo ás contas por elle examinadas e á situação da companhia.

6.º Organizar os regulamentos internos que considerar necessários e revogar-os quando assim o entender conveniente.

7.º Escolher em sessão conjuncta com o conselho fiscal os estabelecimentos bancarios nos quaes devam ser recolhidos os dinheiros da companhia.

8.º Proceder de accordo com o paragrapho unico do artigo 12 e com o art. 14 e seus paragraphos no caso do impedimento ou ausencia de um dos seus directores.

9.º Convocar o conselho fiscal e a assembleia geral para toda e qualquer solução que implicitamente dependa da interferencia desses poderes.

10. Convocar extraordinariamente a assembleia geral sempre que assim o entenda necessario determinando expressamente nos convites de convocação o assumpto que terá de ser tratado.

11. Nomear e demittir todo o pessoal de empregados e auxiliares, inclusive os agentes.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 20. O conselho fiscal compor-se-ha de tres membros.

Para substituir os membros do conselho fiscal nos seus impedimentos e ausencias, haverá um corpo de supplentes composto tambem de tres membros.

Art. 21. Os membros do conselho fiscal e seus supplentes serão annualmente eleitos na sessão de assembleia geral ordinaria que terá de realizar-se na primeira quinzena de setembro, são inelegiveis conjuntamente para membros do conselho fiscal e seus supplentes os accionistas que forem ascendentes o descendentes, irmãos, genros e cunhados, durante o cunhadio e os que tiverem alguns destes parentescos com os membros da directoria.

Art. 22. O conselho fiscal reunir-se-ha em sessão conjuncta com a directoria para a solução dos casos expressamente previstos nestes estatutos, e, mais, para todos aquelles em que a directoria entenda conveniente e o convoque extraordinariamente.

Art. 23. Compete exclusivamente ao conselho fiscal examinar detidamente a escripturação, documentos de receita e despesa, a caixa e o balanço annual da companhia, apresentando na assembleia geral ordinaria o respectivo parecer.

Art. 24. Das sessões conjunctas do conselho fiscal e directoria lavrar-se-ha actas em um livro para esse fim especialmente creado. Esse livro deverá ser numerado, aberto, rubricado e encerrado pelos membros do conselho fiscal.

Art. 25. Cada membro do conselho fiscal ou supplente em exercicio vencerá annualmente o ordenado de seiscentos mil réis e o seu mandato durará da posse dos cargos até a posse dos novamente eleitos.

DAS ELEIÇÕES

Art. 26. Os corpos administradores e fiscaes da companhia serão constituídos por eleição dos accionistas reunidos em assembleia geral ordinaria que será realizada na primeira quinzena de setembro de cada anno, para o fiscal, o triennialmente para o administrador e seus supplentes.

Art. 27. As eleições serão feitas por meio de cédulas que conterão o nome ou nomes dos votados, a designação dos cargos, a assignatura do volante, a declaração do numero de acções que possuir e numero de votos correspondentes a ellas.

Paragrapho unico. Será considerada nulla e não será apurada a cédula sem o preenchimento destes requisitos e assim tambem aquellas em que o procurador do accionista tenha votado no seu proprio nome, e, somente' neste caso.

Art. 28. A apuração das eleições será feita pela mesa da assembleia geral e mais dous escrutadores para este fim nomeados, entre os accionistas presentes, pelo presidente da assembleia. Será facultado a qualquer accionista fiscalizar a apuração.

Art. 29. As procurações para as eleições serão depositadas no escriptorio da companhia, mediante recibo da directoria, pelo menos tres dias antes da eleição, e poderão ser revocadas e rectificadas pelos accionistas.

Art. 30. Poderá ser eleito o ausente, mas, deverá tomar posse do cargo, sob pena de ser considerado vago o lugar até 15 dias após a eleição.

Art. 31. Constarão da acta da sessão de eleições todas as occurrencias nella havidas, mencionando-se, nominalmente, os accionistas que obtiverem votos, o numero destes e a designação do cargo para que foram dados.

Art. 32. A posse dos eleitos realizar-se-ha tres dias depois da eleição e constará de uma acta que será lavrada no livro de actas das sessões conjunctas da directoria e conselho fiscal. Esta acta deverá ser tambem assignada pelos directores e membros do conselho fiscal que tiverem concluido os seus mandatos e pelo presidente e secretario da assembleia ordinaria.

Art. 33. A assembleia geral reunir-se-ha ordinariamente por convocação da directoria na primeira quinzena do mez de setembro de cada anno, para conhecer do relatorio e balanço apresentados pela directoria, para tomar conhecimento do parecer do conselho fiscal, para eleição annual dos membros desse conselho e seus supplentes, e, triennialmente dos membros da directoria.

Paragrapho unico. Reunir-se-ha extraordinariamente quando julgar conveniente e a convoque a directoria; quando convocada pelo conselho fiscal a requerimento de accionistas em numero de sete (7) no minimo, representando nunca menos de um quinto do capital social.

Art. 34. Nas sessões de assembleia geral serão os trabalhos dirigidos por um dos directores da companhia até a aclamação da mesa da assembleia, que será composta de um presidente e dous secretarios.

Paragrapho unico. Os directores e membros do conselho fiscal não poderão fazer parte da mesa nem votar a approvação de contas e balanços.

Art. 35. Compete á mesa da assembleia geral:

§ 1.º Ao presidente:

- a) dirigir os trabalhos da assembleia;
- b) dirigir as questões de ordem;
- c) assignar, juntamente com os demais membros da mesa as actas das sessões, que fará também assignar por todos os accionistas presentes;

d) communicar a quem de direito o resultado das eleições;

e) empossar todos os eleitos.

§ 2.º Ao primeiro secretario compete:

- a) substituir o presidente;
- b) verificar a legalidade das votações e providenciar para que as cédulas sejam feitas de accordo com os estatutos;
- c) ler o expediente e a acta da sessão anterior antes de submittida á approvação da assembleia;
- d) apurar com a mesa as eleições;
- e) redigir as actas e assignar a correspondencia da mesa da assembleia geral.

§ 3.º Ao segundo secretario compete:

- a) substituir o primeiro nos seus impedimentos;
- b) tomar parte na apuração das eleições e auxiliar o primeiro secretario em tudo quanto por este fôr solicitado;
- c) fazer com que os accionistas presentes ás sessões inscrevam-se em um livro de presença declarando o numero de acções que possuirem e as que representarem como procuradores com menção dos nomes dos seus constituintes.

Art. 36. Todos os assumptos tratados em assembleia geral serão resolvidos por maioria absoluta de votos, contados na forma do artigo sétimo.

Art. 37. Nas sessões de assembleia geral extraordinaria é, sob pena de nullidade, vedado tratar-se de assumptos alheios ao fim para que tiver ella sido convocada, sendo, *in so facto* consideradas nullas as convocações para sessão de assembleia geral extraordinaria nas quaes não sejam explicitamente mencionados os assumptos que nella deverão ser resolvidos.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 38. A companhia adquirirá do Sr. major Tullio Martins de Freitas, por compra, o estabelecimento, terreno, machinas e accessorios de sua fabrica de conservas e bem assim a stock de materia prima e de productos manufacturados, depositado nesta e em outras praças. O valor da fabrica, terreno machinas, accessorios e stocks, será o constante do prospecto distribuido.

§ 1.º Sendo de facil percepção o desprendimento de interesses com que promette ser feita a venda de tudo quanto o artigo precedente exara; sendo plenamente intuitivo o lucro que advirá á companhia dessa «Fabrica Tullio» productora de conservas de real e firmado conceito, e, mais ainda sendo vantajosamente de esperar que o experimentado industrial vendedor continue ao lado dos seus productos como director tecnico da companhia, deverá o conselho fiscal da mesma, annualmente, enquanto aquelle exercer tal cargo, fazer especial apreciação não só do que fica exposto, mas também do desenvolvimento, orientação e zelo que elle haja imprimido no campo das suas funções.

§ 2.º Baseado nessa apreciação e com a imparcialidade que deve encaminhar taes deliberações, incluirá, o conselho fiscal, no seu parecer de balanço, a proposta da remuneração merecida, para ser apresentada ao conhecimento e approvação da assembleia geral.

Art. 39. Os incorporadores obrigam-se a aceitar os encargos de director tecnico e de director commercial, respectivamente, se a primeira assembléa geral, constitutiva da companhia, os proclamar para taes fins. Esse seu compromisso, salvo caso de morte ou de doença impossibilitadora de exercer o cargo, comprehenderá todo o primeiro triennio da companhia. Serão tambem proclamados os supplentes da directoria, cujos cargos caberão aos Srs. coronel Virgilino José da Porciuncula e Octaviano Manditeguy.

Paragrapho unico. Sendo proclamados os directores do modo como acima fica prevenido, dever-se-ha no mesino acto e pela mesma fórma proclamar o corpo do conselho fiscal e seus supplentes, recabindo a escolha do primeiro no Banco da Provincia, no Banco do Commercio e no Sr. Romeu José Andreassi. O corpo de supplentes será composto dos Srs. Raphael Anselmi, Pedro Perez y Pitta e José Francisco da Silveira Filho.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1911.— *Tullio Martins de Freitas.*

Certifico que o exemplar dos estatutos da sociedade anonyma Companhia de Conservas Rio-Grandense, com séde nesta cidade é perfeitamente igual ao presente, digo, nesta cidade, que se acha archivado em meu cartorio é perfeitamente igual ao presente, que está numerado e rubricado com a rubrica—Euclides—o referido é verdade e dou fé.

Rio Grande, 23 de agosto de 1911.—*Euclides de Mello Guimarães*, official do registro geral.

Reconheço verdadeiras as duas firmas retro do que lou fé.

Rio Grande, 4 de dezembro de 1911. Em testemuho (signal publico) da verdade.—O notario interino, *Carlos Alberto Miranda*.

Attestamos a firma do Sr. Carlos Alberto Miranda.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1911.—*Fernando Belchior de Oliveira*.—*José Coelho de Azevedo*.

Reconheço as firmas de Fernando Belchior de Oliveira e José Coelho de Azevedo.

Rio, 13 de dezembro de 1911.—Em testemunho da verdade (signal publico).—*Pedro Evangelista de Castro*.
